

Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre/RS e sua manifestação atual

Marcelli Cipriani

RESUMO

Este artigo visa analisar o aparecimento da “facção criminal” Falange Gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul em 1987, ressaltando sua vinculação com as características do sistema penitenciário do Estado. Dessa feita, remonta-se o cenário do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) quando da emergência do grupo, a fim de situá-lo no contexto de intensas instabilidades que era observado, à época, no estabelecimento. Em seguida, investiga-se o surgimento, nas últimas décadas, de outras “facções” no município, relacionando-o com as estratégias de gestão da população carcerária que foram empregadas pela Polícia Militar – que, em 1995, passou a administrar os maiores presídios sul-rio-grandenses, até então sob responsabilidade da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE). Argumenta-se, no trabalho, que apesar de a atuação policial no PCPA ter contribuído diretamente para a diminuição dos abusos, opressões, motins e fugas em massa que nele vinham ocorrendo, ela também impactou rearranjos nas dinâmicas do “mundo do crime” local, propiciando a emergência, a estabilidade e o fortalecimento de outros grupos criminais no município, e influenciando na intensificação das violências para além dos muros do cárcere.

Palavras-chave: Facções criminais. Presídio Central de Porto Alegre. Tráfico de drogas.

From “Falange Gaúcha” to “Bala nos Bala”: The emergence of the “criminal factions” in Porto Alegre (RS) and its current manifestation

ABSTRACT

This article aims to analyze the appearing of the “criminal faction” Falange Gaúcha in the state of Rio Grande do Sul in 1987, highlighting its connection with the characteristics of the state’s penitentiary system. Therefore, it rebuilds the scenario of Porto Alegre’s prison back to the emergence of the group, in order to place it in the context of the intense instabilities that was observed, at the time, in the establishment. Next, it investigates the emergence, in the last decades, of other “factions” in the municipality, relating it to the strategies of management of the prison population that were used by the Military Police – that, in 1995, began to administer the largest prisons of Rio Grande do Sul, hitherto under the responsibility of the Superintendency of Penitentiary Services. It is argued, in the work, that although the police action in the prison directly contributed to the reduction of the abuses, oppressions, riots and mass escapes that were occurring in it, it also impacted rearrangements in the dynamics of the local crime, contributing to the emergence, stability

Marcelli Cipriani é Mestranda em Ciências Sociais e Bacharela em Direito (2016) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: marcellicipriani@hotmail.com.

Direito e Democracia	Canoas	v.17	n.1	p.105-130	jan./jun. 2016
----------------------	--------	------	-----	-----------	----------------

and strengthening of other criminal groups in the municipality, and influencing the intensification of violence beyond the walls of the prison.

Keywords: Criminal Factions. Presídio Central de Porto Alegre. Drug trafficking.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno brasileiro das chamadas “facções criminais”¹ pode ser situado em 1979, momento em que o Comando Vermelho (CV) surgia no interior da prisão Cândido Mendes, no Estado do Rio de Janeiro (LIMA, 2001). Na época, o estabelecimento alojava tanto presos políticos do regime civil-militar quanto presos por crimes “comuns”, o que propiciou que estes assimilassem técnicas de organização e estratégias de guerrilha usadas por aqueles, se apropriando delas de acordo com seus próprios contextos sociais, necessidades, possibilidades, oportunidades e interesses (BIONDI, 2009; DIAS, 2011). Por sua vez, em 1993 formou-se o Primeiro Comando da Capital (PCC) no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté (SP), que viria a se distribuir por quase todos os estados do território nacional nos anos decorrentes (ADORNO; SALLA, 2007).

O aparecimento de ambos grupos está diretamente vinculado ao sistema penitenciário do país, dada a precariedade das condições prisionais e a superlotação dos estabelecimentos (AZEVEDO; CIFALI, 2015). Nesse sentido, William da Silva Lima, um dos fundadores da “facção” CV (também conhecido como “Professor”), a descreveu como “[...] antes de tudo, um comportamento, uma forma de sobreviver na adversidade” (LIMA, 2001, p.96). Em seu turno, a união dos presos que integravam o PCC se deu um ano após o massacre do Carandiru,² devido aos integrantes entenderem que, partilhando a mesma situação do aprisionamento, deveriam se unir para reivindicar o que tomavam como tratamento digno no cárcere (BIONDI, 2009). Dessa feita, a intenção dos apenados era a de que eles se organizassem tanto para evitar os maus-tratos que sofriam no interior de estabelecimentos prisionais, quanto para regular as relações entre apenados, evitando que abusos pudessem partir deles próprios (BIONDI, 2009).

Em Porto Alegre, o fator determinante à importação (e à adaptação local) das tendências já percebidas no “mundo do crime”³ do Rio de Janeiro, decorreram de visitas feitas por um ex-apanado do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA)⁴ a tal Estado.

¹ Usou-se o termo “facção” como sinônimo de grupo criminal. A manutenção entre aspas, ao longo do trabalho, explica-se pela polissemia que a expressão adquire em produções acadêmicas, e a fim de destacar, como ressalta Shimizu (2011), que o termo pode carregar implicações ideológicas.

² No item 13 do Estatuto do PCC, escrito em 1996, consta o seguinte: “temos de permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 2 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre esse que jamais será esquecido na consciência brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudarem a política carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, tortura e massacres nas prisões” (JOZINO, 2005, p.37).

³ O termo se refere ao conceito de Feltran (2008), que toma o “mundo do crime” como o “[...] conjunto de códigos sociais, sociabilidades, relações objetivas e discursivas que se estabelecem, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos, assaltos e furtos” (p.106). O autor justifica o uso da expressão entre aspas, pois em sua acepção nativa (FELTRAN, 2008). Diante disso, se escolheu reproduzi-lo da mesma maneira.

⁴ Também se refere ao PCPA pelos termos Central e casarão, largamente utilizados por apenados e por funcionários no contexto local.

Naquele momento, o apenado estava envolvido com o assalto de bancos e de carros-fortes no Rio Grande do Sul, mas viajava com frequência à capital carioca quando, lá, o CV se firmava nas periferias (DORNELLES, 2008). Nessa esteira, o primeiro grupo criminal sul-rio-grandense, a Falange Gaúcha, passaria a ser reconhecida pelas autoridades em 1987, ao promover uma ação de dentro do sistema prisional. No contexto do seu aparecimento, os apenados também se encontravam imersos em um cenário de “descontrole absoluto” (CCDH, 1995, p.71), dadas as “agressões e a proposição gratuita da violência contra os presos” (CCDH, 1995, p.72).

Dali em diante, foram incontáveis as reorganizações nos modos de funcionamento, na distribuição de relações de força e nos métodos usados para a manutenção, pelos grupos, de seu domínio nos territórios (ou para que esses adquirissem controle e legitimidade em novos territórios). Tais movimentos – que perpassam, por exemplo, a disposição de membros de “facções” para dialogar com policiais, suas maneiras de organizar a vida cotidiana em galerias e de territorializar bairros, bem como a descentralização de suas lideranças – têm incidido na manifestação dos grupos criminais em Porto Alegre ao longo das últimas três décadas, sendo tanto influenciados por mudanças ocorridas no PCPA, quanto as tendo influenciado.

Este artigo tem como objetivo apresentar o contexto de emergência da Falange Gaúcha em Porto Alegre, e indicar algumas das transformações percebidas nas dinâmicas dos grupos criminais do município daquele momento até a atualidade. Como se poderá perceber, o aparecimento de outras “facções criminais” no PCPA, bem como suas expressões no exterior dos muros do cárcere, permanece vinculada à questão penitenciária. Assim como outrora, e repetindo o percebido no cenário do Rio de Janeiro e em São Paulo, os grupos existentes no contexto local surgem, sobretudo, dentro das prisões, e seguem tendo, nelas, um dos focos centrais à sua organização, angariação de poderes e manutenção de estabilidade (AZEVEDO; CIPRIANI, 2015).

Os dados apresentados nesse trabalho decorrem de uma pesquisa⁵ desenvolvida entre os anos de 2015 e 2016, na qual se buscou investigar o aparecimento de “facções criminais” no Brasil e sua manifestação no município de Porto Alegre. Para desenvolvê-la, lançou-se mão de técnicas de coleta de dados variadas: entrevistas com tópicos-guia com 05 apenados do PCPA, entrevistas com roteiros semiestruturados com 05 policiais militares em ofício no PCPA, entrevistas com outros roteiros semiestruturados com 05 operadores do sistema de justiça vinculados à execução penal; visitas ao PCPA e interação com funcionários e apenados de galerias⁶ consideradas normalizadas pelos oficiais de

⁵ Os resultados integrais da pesquisa foram consubstanciados na monografia “Do Global ao Local: a emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre”, apresentada como critério à conclusão do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em agosto de 2016.

⁶ No contexto do PCPA, o termo galeria assume significados diferentes. É, primeiramente, o local de moradia dos apenados durante o cumprimento de sua pena no sistema, mas também é uma marca que irá determinar o preso como alguém que faz parte do “mundo do crime” ou que, pelo vínculo de determinadas galerias com a instituição prisional, “mudou de lado”. Ademais, a pertença a uma ou a outra galeria condiciona, em caso de galerias sob domínio de “facções”, as interações possíveis aos indivíduos dentro e fora do presídio. Em penitenciárias paulistas, os locais onde vivem os apenados são chamados de raios (BIONDI, 2009; DIAS, 2011).

segurança;⁷ idas a bairros territorializados por “facções criminais”⁸ e conversas informais com atores sociais diferentes.⁹

2 O SURGIMENTO DA FALANGE GAÚCHA E A ESPACIALIZAÇÃO DO PCPA PELA BRIGADA MILITAR

No mês de julho de 1987, oito apenados, mantendo 31 refêns, se amotinaram no Presídio Central de Porto Alegre. Após horas de negociações com a polícia, todos fugiram do estabelecimento em automóveis que haviam sido cedidos pelas autoridades em troca da libertação de refêns. O “dia de terror no presídio” (ZERO HORA, 29/07/1987, p.1), como à época foi noticiado, deixou duas pessoas mortas e inúmeras outras feridas. Já no início de janeiro de 1988, vinte presos da Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), no município de Charqueadas/RS, iniciaram uma rebelião, da qual três agentes penitenciários e um apenado terminaram mortos. No dia seguinte, 620 presos deflagraram greve de fome no PCPA.¹⁰ Esses acontecimentos se inscreveram em um cenário mais amplo, de organização de um novo grupo criminal nos presídios rio-grandenses: a Falange Gaúcha, que emergia na esteira do Comando Vermelho, composta por apenados envolvidos com a Falange Vermelha Rogério Lemgruber, criada ainda na década de 1970 no Estado do Rio de Janeiro (LIMA, 2001).

O aparecimento da Falange Gaúcha (ou Falange) se deu após um pacto firmado por apenados envolvidos no motim de 1987 (e por alguns outros apenados, que os apoiaram ou lhes eram próximos), e tinha como objetivo financiar dois projetos: o investimento em fugas vindouras, e a criação de um “caixa” comum, que seria usado para financiar eventuais ações criminosas e melhorar as condições de vida dos aliados presos (especialmente pela compra de vantagens no PCPA) (DORNELLES, 2008). A vivência nos presídios se encontrava, naquela ocasião, instável: em março de 1991, uma disputa entre grupos menores no Central provocou a morte de seis apenados e ferimentos em 22. Em outubro, na Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), uma briga entre grupos diferentes resultou na morte de três deles. Já, em dezembro, foi assassinado um dos braços direitos de Dilonei Melara – que, no início dos anos 1990, já era importante integrante da Falange, e que viria a ocupar posição central no “mundo do crime” da cidade ao longo da década seguinte.

⁷ A 3ª do H (galeria número 3 do anexo H, onde vivem as travestis, seus companheiros e demais indivíduos homossexuais), a E1 (galeria número 1 do pavilhão E, onde estão os apenados em programa de desintoxicação de drogas), e a G (também conhecida como galeria dos trabalhadores, por ser a morada dos apenados que fazem serviços diversos no estabelecimento) não se inscrevem nas mesmas dinâmicas de gestão institucional de galerias territorializadas por “facções”, tampouco funcionam sob as mesmas regras sociais e morais que orientam o modo-de-viver nos espaços sob domínio desses grupos. Diferentemente deles, vetam o acesso de substâncias ilícitas nas galerias e as extorsões ou penalidades violentas entre apenados, sendo tomadas pelos agentes penitenciários através de representações diferenciadas, menos centradas na ideia de “inimigo”.

⁸ Atualmente, em Porto Alegre, mais de 30 bairros se encontram sob domínio de “facções criminais”. Para mais informações, ver: CIPRIANI, 2016.

⁹ Como moradores de bairros sob domínio de grupos criminais, integrantes desses grupos que se encontram fora de presídios, e outras pessoas que compartilham os cotidianos desses lugares – como pequenos comerciantes, guardadores de carros, professores de escolas públicas, e até colegas e ex-colegas de graduação.

¹⁰ Disponível em: <<http://zerohora.rbsdirect.com.br/pdf/5442713.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Entre 1992, 1993 e 1994, os motins, assassinatos por enforcamento e asfixia e as violências entre apenados – para além das promovidas por funcionários da segurança – seguiram ocorrendo. Ainda, em julho de 1994, seis presos-pacientes armados renderam 27 funcionários do Hospital Penitenciário¹¹, demandando a transferência de dois apenados da Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC) para o local do motim, incluindo-se, neles, Dilonei Melara. Após o acato das autoridades diante do pedido, também exigiram carros para fuga, que lhes foram concedidos. Trinta horas depois, o episódio terminou com a rendição de Melara (que já se estabilizava como um dos grandes líderes dos presídios rio-grandenses), com cinco pessoas mortas (quatro fuggitivos e um policial civil) e com onze feridas, além de ter intensificado a preocupação coletiva diante da situação da segurança no Rio Grande do Sul, especialmente quanto às prisões (DORNELLES, 2008). Menos de dois meses após o ocorrido, 45 detentos escaparam do Central. A fuga, em que pese ter sido a maior da história do sistema penitenciário gaúcho, não foi novidade: entre o ano de 1994 e o mês de julho de 1995, aconteceram sete grandes episódios de motins e de escapadas no PCPA.

Foi, enfim, no dia 25 de julho de 1995 – após um motim com 21 presos feridos e a insatisfação generalizada da população – que o governador à época, Antônio Britto, anunciou à imprensa que tomaria medidas dramáticas para acabar com os problemas dos estabelecimentos prisionais, especialmente do PCPA, que se encontrava em estado crítico. A estratégia do governador, que assumira em janeiro daquele mesmo ano, era construir novas prisões, transferir os apenados do Casarão para elas e, então, desativá-lo definitivamente. Entretanto, até que essas vagas estivessem disponíveis – o que tinha como previsão de, no máximo, seis meses – a Brigada Militar¹² coordenaria e ordenaria os quatro maiores presídios do Estado.¹³ Após um início ainda conturbado de administração do Central pela Brigada Militar, as coisas passaram a “fazer efeito”, e os índices de homicídios, violências físicas, motins e rebeliões começaram a despencar. A fim de alcançar as finalidades previstas, os policiais lançaram mão de mudanças na administração da população carcerária: dentre elas, espacializar os apenados de acordo com suas afinidades, separando “contras” (inimigos) em galerias diferentes, e aproximando aliados entre si.

De outra banda, a frágil articulação que constituiu a Falange ao final dos anos 80 vinha se estabilizando progressivamente, e na década de 90 ela também passaria por um rearranjo. A nova fase do grupo foi marcada pela crescente centralização de seus integrantes em torno de duas figuras: Dilonei Melara – um dos únicos líderes ainda vivos da composição originária – e Jorginho da Cruz, que era braço direito de outro antigo líder da Falange (um traficante carioca que, antes de ser morto, havia contribuído com a associação entre o tráfico e as quadrilhas de assaltantes porto-alegrenses), e que

¹¹ Disponível em: <<http://zerohora.rbsdirect.com.br/pdf/5442713.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

¹² No Rio Grande do Sul, chama-se a Polícia Militar de “Brigada Militar” ou de “Brigada”, e usa-se a expressão “BM” em referência à PM.

¹³ O Presídio Central de Porto Alegre (PCPA), a Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), a Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) e a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC).

dele herdou o comando do mercado de drogas do Morro da Cruz¹⁴ (DORNELLES, 2008). A influência de Melara já havia sido exposta após o motim de 1994 no Central, que se descobriu ter sido arquitetado por ele enquanto estava preso na PASC – a 60km de distância, e em uma época na qual os telefones celulares não chegavam aos presos (DORNELLES, 2008). Esta ficou exposta, também, em novembro de 1995, quando 106 dos 206 presos da PEC rebelaram-se¹⁵ como rechaço à proibição, determinada por policiais, de que Melara recebesse visitas na PASC.

O antagonismo sobre o controle da Falange – possibilitado pelo esvaziamento das lideranças “originais”, já falecidas, e pela polarização de apenados entre apoiadores de Melara e de Jorginho da Cruz que o seguiu – chegou ao fim em 1996, quando o líder do tráfico no Morro da Cruz foi assassinado em uma cela da PEJ¹⁶. Por conseguinte, a parte da Falange que não “fechou” (se aliou) com Jorginho despontou no domínio do “mundo do crime” local: orientados por Melara – que trazia consigo as experiências e o reconhecimento advindos da participação de destaque na Falange –, os membros desse novo grupo passaram a se chamar de “Manos”. Paralelamente, e procurando distribuir os “contras” (inimigos) por espaços diferentes, a BM também agregava presos simpáticos aos Manos nas mesmas galerias, possibilitando que eles se articularsem ou se apoiassem nos presídios e, ao mesmo tempo, que se mantivessem vinculados às redes do mercado do tráfico de ilícitos da cidade.

Após a morte de Jorginho da Cruz, um novo grupo começou a se delinear no PCPA, ameaçando desestabilizar o recente monopólio dos Manos. Eram os “Brasas”, que apareceram, em meados de 1997, após acordo proposto pela BM a um apenado com quem “simpatizava” –Valmir Pires, também conhecido como “Brasa”. A proposta fora de que Brasa ocupasse um dos pavilhões do PCPA, podendo preenchê-lo com apenados de sua confiança. O lugar deveria permanecer limpo e organizado, e o grupo deveria se comprometer com não fazer motins e rebeliões (que haviam sido tradicionalmente condicionados pela precariedade do Central), e com não organizar tentativas de fuga (frequentes durante os últimos anos de gestão do PCPA pela SUSEPE). Em troca, teriam certa autonomia na gestão do pavilhão que, caso permanecesse em ordem e em paz, não seria duramente monitorado. O acordo com apenados, alavancado como instrumento de administração da prisão, permanece presente nos tempos atuais, como explicou um dos policiais entrevistados, acerca da “facção” dos Brasas:

Eles eram dos nossos, que nem agora são os [apenados] trabalhadores... A gente que escolheu eles pra lá, e todos têm um perfil parecido, mais tranquilo... Antes

¹⁴ Localizado no bairro Vila São José, na Zona Leste. Como em outras regiões da cidade, o Morro foi ocupado sob influência de migrantes do mundo rural (que passaram de “subalternos no interior” para “subalternos na cidade”) (EVANGELISTA, 2010).

¹⁵ Disponível em: <<http://zerohora.rbsdirect.com.br/pdf/5442713.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

¹⁶ Disponível em: <<http://zerohora.rbsdirect.com.br/pdf/5442713.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

eles também acabaram ajudando a enfraquecer o grupo do Melara... Tinha que separar, então que separasse pra trazer menos problemas. (PM05)¹⁷

A ideia de que “tinha que separar” – manifestada pelo policial na entrevista – apareceu na fala de outro entrevistado, que afirmou que a separação entre apenados feita nos presídios (especialmente no PCPA) entre o final da década de 90 e o início dos anos 2000, foi necessária para a redução dos homicídios internos:

Antes dava muita morte, por causa da má distribuição de presos nas galerias. Colocavam presos que não tinham compatibilidade com uma galeria, e eles morriam, porque brigavam, se matavam. Hoje não é mais assim, e a gente nota que não é mais assim porque ainda tem a separação. Se tu voltar a misturar, vai acontecer. (OJ05)

A abertura de um canal de diálogo com os Brasas também servia como alternativa às reduzidas interações que os policiais conseguiam estabelecer com os Manos – que, na época, negavam o contato com agentes da segurança. Segundo um dos interlocutores,

Quando surgiu os Brasas, os Manos tavam tentando separar [apenados de policiais], porque o Melara pregou uma ideologia de que Mano não é aceito pela sociedade, então não aceita a sociedade também. Mano não estuda, Mano não trabalha, Mano é do crime. Era uma ideia mais ou menos assim, mas com o tempo foi mudando. (OJ01)

Assim, “os Manos tinham uma relação de ódio recíproco com a sociedade: ou seja, ela nos rejeita, e nós rejeitamos ela também” (OJ02). Sobre o contato entre apenados e policiais no final dos anos 1990, um dos atores sociais das instituições de justiça relatou o seguinte:

Na época do domínio pela facção dos Manos, que era o pessoal mais antigo, mais forte..., quando a gente ia falar com eles, eles não admitiam nada de relação com o Estado, então qualquer tipo de trabalho na cadeia, por exemplo, era terminantemente proibido. Quando eu chamava um cara pra vir falar comigo, vinham sempre três – um pra falar, e os outros dois pra vigiar a conversa, pra ver o que ele ia dizer. (OJ05)

¹⁷ Usou-se, na pesquisa, a técnica de *codificação*, para preservar o anonimato dos entrevistados. Com isso, eles também foram agrupados: as falas dos operadores do sistema de justiça estão indicadas com abreviatura “OJ” e um número decorrente; a mesma lógica foi usada para o grupo de Policiais Miliars (PM) e apenados (AP) entrevistados.

Um dos apenados entrevistados, antigo membro dos Brasas, contou que havia entrado no PCPA em 1999 e logo se aliou ao grupo – que ali estava, desde 1997, gerindo sua própria galeria. Afirmou que sua entrada se deu “com base na palavra¹⁸, [como] já era antes e ainda é” (AP01). Também narrou que, quando deixou os Brasas “em 2002 ou 2003”, havia três “facções” em penitenciárias do Estado: “tinha só Brasa, Mano e Aberto... No Central era Brasa, e lá na PASC era mais Mano, tinha o Melara... E os Abertos têm esse nome porque abriram [saíram] das outras...” (AP01). Disse, ainda, que o grupo dos Brasas “tentava conversar com os policiais..., tratar bem eles e garantir respeito, que eles também nos tratavam com mais respeito” (AP01). Entretanto, apontou que em “2000 e pouco” tal conduta já era malvista por outros apenados, e que aqueles que não se aliavam aos Brasas inclusive criavam conflitos por causa da prática, já que “pra eles não tinha essa de falar com a polícia, isso era traição. Tinha que ser nós contra eles, não podia ter contato” (AP01).

Em julho do ano 2000, o plano emergencial ao PCPA, que tinha previsão de durar seis meses, já completava cinco anos. O Central, ainda sob a administração da BM, não podia contar com a criação das novas vagas, prometidas pelo governador em 1995, para desafogar sua população carcerária. Apesar disso, as violências internas ao PCPA reduziram – e se tornariam progressivamente menores nos anos decorrentes. Ainda que grave, o cenário do Casarão se encontrava muito distante do descontrole absoluto que perpassou o PCPA na segunda metade da década de 80 e durante toda a década de 90. De acordo com um dos operadores do sistema de justiça:

Era um caos, o Batalhão de Choque era duas vezes por semana dentro do Central, era um tumulto atrás do outro, a gente não dormia. Motim..., tumulto toda hora. Não só no Central, mas em outros presídios também.... Isso foi mudando, do final dos anos 90 pra cá. Foi melhorando. (OJ05)

Na virada do século, o PCPA era territorializado por três grupos – que, com seus aliados, se agregavam em diferentes espaços do estabelecimento: os Manos, centralizados na figura de Melara; os Brasas, centralizados na figura de Brasa; e os Abertos, que não se aliavam com nenhum dos grupos e deles se descolaram, constituindo um grupo de forma mais ou menos espontânea, com menor centralização no líder. Sobre a dinâmica das lideranças dos grupos, alguns entrevistados apontaram que elas têm mudado ao longo das últimas décadas, despersonalizando e descentralizando posições de mando. Segundo opinam, as “facções” não teriam se democratizado “[...] de cima a baixo, mas tem sempre uma comissão, é um grupo que comanda. Pode até aparecer um na mídia um pouco mais, mas as decisões são tomadas por um grupo coletivamente, tipo um colegiado, vamos dizer assim” (OJ01). Para um policial entrevistado, essa mudança teria relação com os aprendizados adquiridos no interior das relações do “mundo do crime”, porque apesar

¹⁸ O peso da “palavra” – como representante da honra pessoal – foi mencionado com frequência durante o trabalho de campo feito fora do PCPA, assim como em três das cinco entrevistas feitas com apenados do Central.

de haver líderes espalhados por diferentes bairros e pontos de venda de ilícitos, “acabou a mistificação do ‘Deus’ que centraliza tudo. [Hoje eles] dividem funções, decidem mais juntos... E isso também ajuda a não chamar tanta atenção da polícia” (PM01).

A tendência à descentralização nos grupos criminais também surgiu em outras narrativas de campo: um dos apenados relatou que, no começo dos anos 2000, saiu do PCPA e foi transferido para a PEJ, onde não havia espaço dos Brasas, do qual era membro: não tinha “nem lugar seguro pra nós, e nem galeria que era nossa” (AP01). Assim, ele e outros presos teriam conseguido conquistar uma galeria para o grupo, onde acolhiam os que chegavam e eram de seu “afeto” – o que “era bom em termos tanto do domínio, quanto da segurança” (AP01). Entretanto, o comando dos Brasas no PCPA não teria gostado da ideia, porque temeu estar perdendo controle para o grupo criado na PEJ. Por isso, houve um conflito entre ambos, do qual teria resultado a dissolução gradual dos Brasas, por falta de consenso em torno da personificação de sua liderança. Esse evento teria marcado, na primeira metade dos anos 2000, a transformação dos Brasa em “Unidos Pela Paz”, nome com o qual começaram a se chamar desde então.

De acordo com o entrevistado,

Sempre têm alguns que tão na frente e tomam decisões, mas é um grupo. Não dá pra controlar a vida de todo mundo dentro do presídio, né? Então é um grupo... A gente nunca sabe quem são exatamente, é uma coisa meio assim... Têm lideranças, mas no Presídio.... Não é uma coisa individual. (AP01)

Sobretudo no interior do cárcere – onde a vivência é necessariamente próxima e coletiva – as tendências do cotidiano não seriam pautadas por uma pessoa só, mas pelo grupo. Em mesmo sentido, como relatado por um operador do sistema de justiça:

Há algum tempo atrás você conversava com um preso, porque as vezes você tem que estabelecer regras na prisão, porque as prisões do lado de lá da grade são os presos que organizam, então você tem que trocar uma regra de comportamento, vamos dizer, por exemplo. No passado, você chamava um preso, conversava com ele e era “não, tá certo, ok, trocamos a regra, a partir de hoje vai ser assim”. Hoje já não é mais assim. Hoje você tem que conversar com o preso e ele diz “não, então o senhor nos dá uns dias pra nós conversar entre nós, depois a gente traz a resposta, porque eu tenho que ouvir os outros presos”. Então hoje é assim. (OJ02)

A descentralização da figura do líder apareceu, ainda, em outra fala concedida, na qual o entrevistado relaciona essa característica, inclusive, ao assassinato de Melara (que ocorreria em 2005): “sempre existe um comando, só que, hoje, diferente dos primeiros tempos, não tem mais, eles tão abolindo a figura do líder absoluto. O Melara, o Dilonei Melara, era um líder absoluto. E ele foi destituído e morto exatamente porque ele tava

fora do tempo. Hoje não se admite mais...” (OJ01). Nos anos que antecederam a morte de Melara, apesar de os índices de violências internas às galerias do PCPA terem diminuído, as disputas entre Brasas, Manos e Abertos ainda criavam tensão. Como retratado¹⁹ em jornal de Porto Alegre, em 26 de março de 2002 membros dos Brasas (que se encontravam nas 2ª e 3ª galerias do pavilhão “D”), revoltaram-se com a suspensão de suas visitas – punição que lhes havia sido dada pelos policiais, que tinham descoberto um plano para a fuga de seus integrantes. Com vistas a atribuir a responsabilidade do plano aos Manos, que estavam na 1ª galeria do mesmo pavilhão, os Brasas tentaram invadi-la, mas os apenados fiéis a Melara (que permanecia preso na PASC) colocaram fogo em colchões – despertando um tumulto só contido pela BM cinco horas depois.

Em agosto de 2004, uma decisão judicial autorizou a progressão de Melara para o regime semiaberto: ele foi levado, inicialmente, à Colônia Penal Agrícola²⁰ (CPA) e, logo depois, ao regime semiaberto da PEJ. Em novembro de 2004, Melara fugiu do estabelecimento, e em janeiro de 2005 – após estar há quase dois meses foragido – foi encontrado morto na estrada entre os municípios de Estância Velha e Ivoti. O jornal “Diário Popular” publicou (27/01/2005) a seguinte matéria sobre o fato:

O corpo encontrado na noite de terça-feira em uma estrada da Região Metropolitana de Porto Alegre é de Dilonei Melara, foragido do sistema penitenciário desde o dia 29 de novembro do ano passado e uma das pessoas mais procuradas pelas polícias do Rio Grande do Sul. [...] O cadáver continha diversos ferimentos a bala, espalhados pelas costas, pernas e quadris. Pelo menos cinco tiros foram disparados também na cabeça do foragido. [...] Ex-agricultor de São José do Ouro, começou a vida no crime assaltando táxis e ônibus em Caxias do Sul, nos anos 70. Uma década depois, integrou a mais famosa quadrilha de ladrões de bancos do estado. Os 17 anos confinado lhe renderam status de líder da facção criminosa Falange Gaúcha, organizada para defender os interesses dos apenados. [...]. De lá para cá, a facção de Melara trocou de nome, sendo hoje denominada os Manos. (DIÁRIO POPULAR, 2005)

Em outro jornal da capital, foi divulgada recente matéria²¹ acerca de possíveis relações entre a morte de Melara e o sistema prisional do Estado. Nela, consta a seguinte exposição sobre Melara:

Suas ações geraram reações como a entrega da administração do Presídio Central para a Brigada Militar em 1995. Por tudo o que significou, Melara tornou-se emblemático dentro do sistema. Sua morte até hoje não foi desvendada. Mas ela foi

¹⁹ Em matéria do Jornal Diário Gaúcho, de 01 e 02 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://zerohora.rbsdirect.com.br/pdf/5442713.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

²⁰ Localizada no município de Charqueadas/RS.

²¹ Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2016/02/como-a-morte-de-melara-mudou-os-presidios-do-rio-grande-do-sul-4974792.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

decisiva para mudanças ocorridas a partir de então, inclusive para o crescimento do crime organizado, dentro e fora das prisões. O inquérito que apurou sua morte foi entregue à Justiça sem indiciados. Os três delegados que atuaram no caso alegaram duas dificuldades: o grande número de inimigos que o bandido colecionava e a lei do silêncio que impera no mundo do crime. O delegado Juliano Ferreira, o último a investigar, disse que as suspeitas ficaram sobre Paulo Márcio Duarte da Silva, o Maradona²²:

– Ele assumiu a facção com a morte de Melara – diz o delegado. Mas a liderança de Maradona durou pouco. Segundo um líder atual, ele não teria correspondido às expectativas do grupo.

– O Maradona de um tempo para cá estava que nem o Melara. Queria tudo para ele, tudo que acontecia tinha que vir para a mão dele, ele estava enriquecendo nas costas de todo mundo e não estava ouvindo ninguém – disse. O mesmo líder explica outras mudanças, como o fim da resistência à colaboração e a acordos com a administração da prisão, a aceitação da existência de grupos rivais dentro dos presídios e a divisão de poder na facção.

– A gente quer manter uma convivência tranquila com a Brigada, não quer mais guerra, não quer mais morte. Por isso, a gente decidiu, entre tantos, afastar o Maradona e tomar a liderança, e de certa forma, não é uma pessoa só que decide. (DIÁRIO GAÚCHO, 13/02/2016)

Após a morte de Melara em 2005, outra reorganização parecia estar ocorrendo nas dinâmicas das “facções” do município – especialmente quanto aos posicionamentos assumidos pelos Manos, que até então se caracterizavam por não aceitar a coexistência com outros grupos criminais nas penitenciárias, e pela negativa do contato com policiais. Esse processo se deu enquanto a espacialização do PCPA atingia novas dimensões: as galerias começaram a se tornar não só mais homogêneas internamente (já que os próprios apenas mandam novos moradores indesejados embora das galerias), como também mais diversificadas entre si. Juntamente aos Manos, Unidos e Abertos, a “facção” da Conceição já possuía domínio sobre galerias do Central. O comércio de entorpecentes na Vila Maria Conceição²³ vinha sendo, há mais de duas décadas, controlado por Paulão “da Conceição”, cuja trajetória é ilustrativa para indicar parte das mudanças ocorridas em torno das características dos grupos criminais de Porto Alegre, do momento de sua emergência até sua manifestação atual. Como foi trazido por um dos entrevistados:

A Conceição tinha um líder supremo, um dos últimos desses padrões supremos, o Paulão, e que foi derrubado. Ele entrou em um primeiro choque porque o próprio enteado dele, o Beto Drey, que tá preso hoje, tentou tomar o controle. Por causa disso, os dois começaram a guerrear e ambos enfraqueceram. Aí, um gerente do Paulão, o Xu, veio e tomou o poder. Então, enquanto eles guerrevam, o Xu tomou o

²² Maradona se encontra, atualmente, preso na PASC. Desde sua exclusão do grupo dos Manos, passou a se vincular com os Abertos.

²³ Localizada no Bairro Partenon, na zona leste de Porto Alegre.

poder. Ia conversando com o pessoal... E foi, tomaram o poder, derrubaram o Paulão e hoje têm um colegiado. E quando isso aconteceu mudou o comando da galeria no Central, a galeria correspondente à Maria da Conceição. Que acontece? Muda o comando aqui fora, e vice e versa, porque o processo inverso pode acontecer. Muda o comando aqui fora, e aqueles lá dentro, aliados do Paulão, têm duas alternativas: ou eles mudam também de lado, aceitam a perda do controle pelo Paulão, ou eles saem da galeria. E pode acontecer o inverso também. Se a galeria tem uma grande influência na facção, se os que tão presos têm uma grande influência na facção, mudando lá dentro aqui fora vai ter reflexo certo (OJ01)

Em 22/04/2015, uma matéria publicada no Diário Gaúcho veiculou um vídeo filmado de dentro do PCPA por apenados da 2ª galeria do pavilhão A. A 2ª do A vinha sendo, tradicionalmente, da Conceição, gerida através da liderança (a distância) de Paulão. A gravação expunha um funk sendo cantado pelos detentos, cuja parte da letra é especialmente interessante para a análise proposta:

Nós tomamo o poder, o Paulão não tem mais nada; Foi-se os tempo difícil na Maria Conceição; Tô passado com os contra, a favela em reunião; Formamos uma aliança e fechamo os aliado; Fechado com a Primeira, a Cruzeiro e a Resvalo; O bando já tá armado, é dia de correria; Juntamo o nosso elenco e partimo da Paulina; Vizinhaça assustada, opressão e safadeza; Peguemo a João do Rio e já tomamo a Pedreira; A guerra seguiu em frente e nós pronto pra ladaia; A equipe invadiu, nós tomamo a Baixada; A luta continuou, já invadimo a Santa Clara; Beto, filho do Paulão, e Zóio, se foi pra praia; Pra finalizar os plano e pôr fim já nos problema; Nós portamo arsenal e tomamos a Paineira; Através dos armamento e um plano elaborado; Nós tomamo o nosso morro e corremo os arriado; No reforço na Restinga, no Morro da Conceição; Humildade é o lema dessa nova direção; [...] E se tiver que ir pra luta vem que nós tá equipado; Colete e munição, pra tocar tudo pro alto; Pros corrido um recado: pra vocês não resta nada; Pros outros sejam bem-vindo à Maria Degolada²⁴.

A letra faz menção ao antigo líder Paulão, e a como uma nova aliança surgia na Vila Maria Degolada, ameaçando sua influência sobre o comércio de ilícitos da área. Os aliados citados – a “Primeira”, a “Cruzeiro” e a “Resvalo” – representam grupos, maiores ou menores, que têm domínio sobre certas áreas da cidade, ou os bairros nos quais eles atuam. A união estabelecida por uma aliança mais ou menos temporária entre esses grupos é o que seus membros chamam de “embolamentos”. Assim, a “Primeira” é a “Gangue dos Primeira”, localizada no bairro Restinga, enquanto a “Cruzeiro” diz respeito, especialmente, ao ponto da “Pedreira” e ao grupo “V7” – localizados na Vila Cruzeiro, bairro Santa Tereza, Zona Sul da capital. A “Paulina” e a “Baixada” são pontos

²⁴ O vídeo, que já mencionei na nota de rodapé n.65, se encontra disponível em: <<http://diariogauchoclicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/04/video-funk-gravado-no-central-revela-aliancas-do-trafico-em-porto-alegre-4745323.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

de comércio de ilícitos localizados na Vila Maria da Conceição, enquanto a “Paineira” representa o Largo das Paineiras, próximo ao “Campo da Tuca” (no bairro Partenon, e que concentra aliados com o grupo dos Abertos).

Esse conjunto de particularidades que pode ser apreendida do funk feito pelos detentos – as articulações feitas entre grupos, a fugacidade de suas posições de liderança, e as possibilidades de influírem nos negócios do tráfico da cidade de dentro do PCPA – abarcam os apenados do Casarão, suas formas de organização, os efeitos que o controle de galerias prisionais produz através do espaço urbano de Porto Alegre e a relação de membros de grupos criminais com a polícia. Sobretudo, imbricam-se ao aparecimento de um cenário no qual, como informou um apenado, “todo mundo têm um acordo de convivência” – na medida em que, “se antes não tinha diálogo [com a Brigada Militar], e não tinha mesmo, hoje isso não é mais assim. Todo mundo se dialoga” (AP01).

3 AS FACÇÕES CRIMINAIS HOJE: RELAÇÕES ENTRE O “DE DENTRO” E O “DE FORA”

Até meados de 2005, apesar de integrantes de diferentes grupos criminais ainda se provocarem, criando tensões e atritos no casarão, houve redução substancial das violências internas ao estabelecimento. A situação dos grupos criminais porto-alegrenses se manteve com reduzido nível de violências (em comparação aos índices atuais e anteriores), e os homicídios dentro do PCPA foram praticamente erradicados. O juiz da VEC da região, Sidinei Brzuska, abordou a situação da seguinte forma: “a verdade é que, de pelo menos um tumulto por mês antes da presença da BM (um por semana, em julho de 1995), os presídios Central e PEJ registraram três rebeliões, nenhuma fuga e nenhuma morte em confronto desde 2008”²⁵.

No ano de 2009, foram publicados os resultados²⁶ da CPI do Sistema Carcerário, comissão parlamentar de inquérito feita para investigar os presídios do país, especialmente quanto à sua lotação, aos seus custos sociais e econômicos, à condição processual dos apenados nos estabelecimentos, à violência, à corrupção e ao crime organizado nos presídios. Sobre o PCPA, os membros relatam o seguinte:

“Qual a capacidade das celas?”, pergunta o Relator da CPI ao Coronel Éden Moares, Diretor do presídio. “Temos celas para 4, 6 e 8 presos”, responde. “E quantos ficam realmente em cada uma?”, insiste o Relator da CPI. “20, 25 e 30 presos”, conclui o coronel. [...] Apelidada de “masmorra”, a parte superior do presídio é o pior lugar visto pela CPI. Em buracos de 1 metro por 1,5 metro, dormindo em camas de cimento, os presos convivem em sujeira, mofo e mau cheiro insuportável. Paredes quebradas e celas sem portas, privadas imundas (a água só é liberada uma vez por

²⁵ A fala de Brzuska se encontra em disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/07/por-que-a-brigada-militar-esta-ha-20-anos-no-comando-de-duas-cadeias-gauchas-4808632.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

²⁶ Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2701>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

dia), sacos e roupas pendurados por todo lado... uma visão dantesca, grotesca, surreal, absurda e desumana. Um descaso! (BRASIL, 2009, p.170)

Dois anos depois, com as condições prisionais ainda precárias em inúmeras galerias, Brzuska afirmou em entrevista²⁷ que, na Porto Alegre de 2011, não haveria “abertamente, uma guerra do tráfico, tipo o bando ‘A’ tentando tomar território do bando ‘B’, [pois] o território está mais ou menos dividido, e todo o mundo lucra”. Esse cenário, todavia, iria mudar substancialmente nos anos posteriores, sobretudo em decorrência do crescimento de poder de uma nova “facção criminal” – os “Bala na Cara” (ou BNC), que haviam conquistado uma galeria no PCPA no ano de 2008. Apesar de, na época, o Casarão não ter relatado instabilidades, bem como da ausência de “guerra aberta” entre os grupos, no segundo semestre de 2011 o Central atingiu superlotação recorde, alocando 5.300 presos, quase o triplo de sua capacidade.

O cenário que o Juiz da VEC retratara em 2011 (e que viria a se desestabilizar nos tempos atuais, em decorrência de mudanças nos mercados ilícitos da cidade) foi mencionado por dois entrevistados da pesquisa (OJ01 e OJ02), através do termo “crime organizado” – que assumiu sentidos semelhantes em ambas as falas: para eles, “crime organizado” seria aquele que não precisa lançar mão das relações de força (e da violência física) na instituição de negociações em torno do “mundo do crime” ou no exercício de seu domínio, e “crime desorganizado” seria aquele que – pela falta de consenso sobre as dinâmicas do “mundo do crime” e pela disputa em torno do controle de suas posições de poder ou de seus territórios – utiliza a força e a violência física como estratégias centrais de atuação. Assim, de acordo com esses entrevistados, as “facções” estariam, ao mesmo tempo e na atualidade, “organizadas” no PCPA e “desorganizadas” na cidade, como explanam nos dois trechos abaixo:

No presídio o crime se organizou, porque lá eles chegaram a uma espécie de consenso, de que cada um tem a sua ou as suas galerias, e procuram não entrar em atrito com outras. Mas aqui fora não, aqui fora a disputa por áreas tá grande, tá desorganizado. (OJ01)

O problema da violência está no crime desorganizado. Quando o crime se desorganiza é um problema. Porque, aí, o que acontece? As pessoas vão resolver aquilo na base da força e na base da morte, porque tem uma disputa do poder. Quando se organiza as coisas voltam pros eixos e as mortes diminuem. A rua, hoje, tá desorganizada. (OJ02)

A “organização” do crime no Central é aquela que vem se constituindo desde 1995, ano em que a BM assumiu a gestão temporária do PCPA e, visando a reduzir

²⁷Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-jun-11/entrevista-sidinei-brzuska-juiz-vara-execucoes-porto-alegre>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

mortes e brigas internas aos presídios, começou a espacializá-lo através da separação entre apenados que tinham conflitos e da conseqüente aproximação entre apenados que tinham alianças. Nos últimos anos, esse mecanismo seguiu regulando a distribuição da população carcerária do estabelecimento porto-alegrense, mas adquiriu novos contornos, mais sólidos e institucionalizados. Dessa feita, conforme afirmaram inúmeros entrevistados, a pergunta sobre a participação em alguma “facção” seria, atualmente, uma das primeiras feitas pelos agentes da segurança, com vistas a determinar a galeria onde irão morar os presos que chegam no Central: “que é a porta de entrada aqui do sistema” (OJ05).

Segundo um policial informou, “[...] cada pavilhão tem galerias, e cada galeria tem ou uma “facção”, ou os trabalhadores, ou travestis e homossexuais, etc. Não dá pra misturar, dá problema” (PM02). Por sua vez, um apenado relatou que, “quando a gente entra aqui eles já perguntam: é de alguma “facção”? Onde tu mora?” (AP01). Outro entrevistado também mencionou o critério de separação:

Quando o preso chega a primeira pergunta que fazem é: “tu tem facção”? “Tenho”. “Qual tua facção”? “Eu sou Bala na Cara”. “Bem, então tu vai ali pra 3ª do F, os Bala na Cara tá lá”. “Tu tem facção”? “Não”. “Bom, mas onde tu mora?” “Eu moro na Maria da Conceição”. “Bom, então tu vai pra 2ª do A, porque o pessoal da Conceição tá lá”. “Eu moro na Farrapos”. “Então tu vai pra 1ª ou pra 3ª do D, porque o pessoal da Farrapos tá lá”. E assim é feita a distribuição. A não ser que ele diga que não, que tem alguma bronca ou algo assim, aí vão mandar pra outra [galeria]. (OJ01)

Por fim, outro dos entrevistados explicou a espacialização do PCPA da seguinte forma:

Vamos dar um exemplo aqui, hipotético: o sujeito mora aqui na Zona Norte da cidade, bom, então ele mora ali e ele tem os conhecidos dele, os vizinhos dele, são tudo do bairro. E aí tem outro bairro que é lá da Restinga, onde ele não conhece ninguém. E aí, bom, é preso aqui na Zona Norte, quando ele chegar no Central, muito provavelmente, 100% das pessoas dessa mesma região que são conhecidos dele, amigos dele, amigos de infância, primos dele, vizinhos dele, vão tá onde? Vão tá na galeria tal. E ele vai pra onde? Pra galeria da Restinga ou onde são os amigos dele? Ele vai onde são os amigos dele porque ali ele se sente seguro, mesmo que ele nem seja de facção nenhuma. Entendeu o negócio? (OJ02)

Ou seja, tanto os apenados, quando os indivíduos alocados nas instituições de justiça e nas policiais, indicam que a homogeneização de territórios marcados por galerias, tomando como critério comum aos indivíduos o seu vínculo com grupos criminais (ou com os bairros por eles territorializados), passou de mecanismo para atingir um fim

emergencial para uma regra formal de gestão da população carcerária. Daí é que, na atualidade, a divisão interna do PCPA se dá da seguinte maneira:

PAVILHÃO A – 1ª galeria: unidos pela paz (originados nos brasas). 2ª galeria: conceição. PAVILHÃO B – 1ª galeria: abertos. 2ª e 3ª galerias: manos. PAVILHÃO D – 2ª galeria: abertos (“abriram” dos manos). 1ª e 3ª galerias: Farrapos e Zona Norte. PAVILHÃO E – 1ª galeria: projeto de desintoxicação com 70 presos. 2ª galeria: ex. integrantes do SSP [sistema de segurança pública] e ensino superior. PAVILHÃO F – 3ª galeria: bala na cara. 1ª e 2ª galerias: alguns primários. PAVILHÃO G – trabalhadores. PAVILHÕES H e I – 1ª e 2ª galerias do I: “duques”, presos por estupro. 3ª galeria do H: travestis, seus companheiros e homossexuais. 3ª galeria do I: presos “problemáticos” (o que morou em todas as outras e foi expulso). (DIÁRIO DE CAMPO, 03/07/2015).

O Pavilhão C não consta nesses dados porque, há dois anos, não existe mais. As galerias do piso superior do pavilhão foram as que renderam, ao PCPA, o atributo de pior presídio do país na CPI do sistema carcerário (BRASIL, 2009). Em 2009, parte do pavilhão foi interditado e, posteriormente, reformado. Quando a reforma estava quase pronta, em 14 de outubro de 2014, o secretário da segurança do Estado, Airton Michels, declarou o início da demolição do velho Central, que vinha sendo atrasada ao longo das gestões governamentais anteriores. O objetivo do então governador Tarso Genro era destruir o pavilhão C em apenas trinta dias e, logo depois, demolir o pavilhão D. Entretanto, doze dias após o início da destruição do pavilhão C, Tarso Genro perdeu o cargo na eleição do dia 27 de outubro.

O plano do candidato à reeleição era orientado em mesmo sentido do anunciado por Antônio Britto em 1995: a transferência dos apenados de pavilhões demolidos para um complexo prisional moderno. Em 2014, o foco das novas vagas era um presídio que seria construído em Canoas/RS, com lugar para 2.415 apenados. Em adição, outros três novos estabelecimentos penitenciários seriam inaugurados, também contribuindo para “desafogar” o Central. Após a mudança na gestão, todavia, nenhuma das quatro instalações previstas foram construídas. Como resultado disso, os apenados que haviam sido transferidos do PCPA tiveram que voltar a ele poucos meses depois de sua transferência. Porém, quando isso ocorreu, o pavilhão C já não mais existia, e o espaço encontrava-se ainda mais reduzido no Casarão, o que agravou seus tradicionais problemas de superlotação. No dia 29 de janeiro de 2016, conforme noticiado pela Zero Hora, o governo do Estado desistiu do plano de desativar e de demolir o PCPA e, em lugar disso, já estava projetando construir ao menos quatro novos pavilhões.

Atualmente, as diferentes galerias do Central se expressam como nanoterritórios de grupos criminais: “territórios extremamente pequenos, diminutos; [que] situam-se em uma escala ainda mais reduzida que a microlocal” (SOUZA, 2006, p.317). Nelas, são projetadas as relações de poder desses grupos, que as territorializam, organizando e arranjando o espaço carcerário, bem como orientando os “modos de viver” dos

apenados que lá se encontram. Dessa feita, cada galeria tem particularidades quanto às características que são comumente partilhadas por seus moradores – por exemplo, em relação à dinâmica de organização e limpeza, à venda de produtos alimentícios dentro das galerias, às responsabilidades e prerrogativas pessoais, às autoridades de cada um de seus membros e às tarefas que lhes são imputadas, ao conjunto de comportamentos que são tolerados e/ou não tolerados pelos integrantes, às punições que são atribuídas diante da verificação coletiva de uma regra descumprida, dentre outras.

O conjunto de normas informais que traceja a vivência nas galerias é respeitado por seus integrantes e assegurada por uma “prefeitura” e por seus ajudantes. O coletivo pode não gostar de algum apenado designado para viver na galeria – por conflitos pessoais que o envolvam, por suspeita de conduta banida (furtos, violência física constante, delação à polícia, etc.), por estar atrelado a condições absolutamente inaceitáveis (trabalhar dentro do presídio ou ser ex-policial, etc.). Assim, algumas “facções” ainda “mantêm características ideológicas, dos tempos antigos” (OJ01):

Dias atrás, por exemplo, na galeria dos Manos, dois presos foram obrigados a sair da galeria, o que é muito raro, porque eles confessaram o crime. Eles vieram aqui na Justiça e não entregaram ninguém, mas confessaram que tinham praticado um assalto, e bom... Mano não confessa, então aqui vocês não podem ficar. (OJ02)

Para os interlocutores da pesquisa, essa marca “ideológica”²⁸ teria sido substituída, progressivamente, pelo interesse dos integrantes em adquirir diferentes tipos de capitais (como dinheiro ou reconhecimento no “mundo do crime”, por exemplo). Isso não significa dizer que a manifestação dos grupos criminais porto-alegrenses se deu apenas por tais finalidades (dado que, por exemplo, o pacto que originou a Falange envolvia melhorar as condições de vida concretas de membros do grupo que estavam presos), ou que produz efeitos exclusivamente relacionados a elas (posto que os grupos também acarretam a construção de sociabilidades compartilhadas e a de identidades coletivas) mas que, como relatado por um dos entrevistados, “as facções, elas acabaram constatando que esse não investimento do Estado no sistema prisional acaba criando um espaço de poder dentro do sistema. E esse espaço de poder, ele é muito atraente do ponto de vista econômico, do ponto de vista lucrativo” (OJ02).

Por isso, para os entrevistados, “[...] até os Manos acabaram entrando na lógica dos outros, porque dentro do presídio a ideologia é o lucro. E aqui fora também” (OJ02). Daí, podemos apreender que a situação de conflito aberto com o Estado, “aquela guerra ali dentro, isso acabou. Sim senhor, não senhor. Sabe? Essa ideologia se perdeu. Alguma coisa dela ainda existe, mas se percebeu o potencial econômico da cumplicidade com o sistema” (OJ03). Internamente, o lucro obtivo por membros das “facções”, de acordo com o que informaram os interlocutores, passa pela mercantilização da vida cotidiana em

²⁸ O termo “ideologia” foi usado, pelos interlocutores, no sentido de expressar que haveria outros fins, não só os lucrativos ou de poder, a orientar a ação dos grupos criminais e o comportamento de seus membros.

galerias do PCPA, onde “em muitas galerias falta papel higiênico, sim, sabonete, coisas básicas” (OJ05) e, “falta tipo roupa, cobertor, papel higiênico, material de higiene. Não em todas [as galerias], mas principalmente nas mais superlotadas” (OJ04), que também são as territorializadas por “facções criminais”.

A superlotação torna a vivência cotidiana dos apenados muito mais precária, já que, em algumas galerias, a situação é crítica a ponto de não haver espaço para que o preso fique dentro da cela, e “eles [os apenados] se amontoam nos corredores... Eles montam uma cama de colchões pelo piso de todo o corredor da galeria, porque, nas celas... Simplesmente não dá. Já tá impossível do jeito que tá” (OJ02). Todavia, a superlotação também seria, como colocado por um dos entrevistados, instrumentalizada em benefício dos membros de grupos criminais (para a venda de ilícitos ou de materiais básicos ao cotidiano, por exemplo), que a demandariam perante os agentes da segurança: “eles dão muito valor ao espaço carcerário. Dá pra recrutar gente ali. Quer ver isso? Tranca a entrada de preso em uma galeria. Eles vão reclamar. Vão dizer ‘não, manda mais [pessoas], ainda tem espaço...’, porque é dinheiro” (OJ05). Uma explicação sobre como a superlotação pode servir ao lucro de membros de “facções” foi oferecida pelo mesmo entrevistado:

Vai que eu não recebo visita. Aí não recebo sabão... Essas coisas eles não dão pro preso. Se dizer que entra papel higiênico vão dizer que sim. Entra 4.000 rolos de papel higiênico por mês no Central. Aí 1.000 quem usa são os funcionários. Sobra 3.000. Aí vamos dizer que dividem entre todos igual, o que não é [verdade]... Já dá menos de um rolo por mês. Então esse cara vai receber esse apoio. Das mínimas coisas, do sabão à droga... E aí ele se sente na obrigação, né. Ou vai ser pedido a contrapartida. Isso, assim, no varejo, no chinelo. Mas têm outras coisas que eles fazem, por exemplo, como pagar transporte pra família, pagar advogado, e o contrário também, escravizar a família dos caras, obrigar a pagar por mês, a levar droga, telefone... (OJ05)

Segundo outro entrevistado, o Estado não forneceria nem mesmo utensílios de alimentação para todas as galerias e, assim, os caídos no sistema (ou “caídos”), que não têm visitas, teriam que comer em sacos plásticos, com as mãos. Quando questionado sobre como perder o domínio sobre uma galeria resultaria em perder o controle de pontos de tráfico, ele ofereceu a seguinte resposta:

Se forma um nicho. E a pessoa que acaba controlando isso, na galeria, ela ganha com isso. Porque quem faz a segurança dentro do presídio são os presos, o sujeito entrega a vida dele pro outro preso, não é o Estado que garante ele ali, quem tá garantindo é quem controla ali dentro. E aí, por consequência, ele acaba controlando aquele lugar lá fora onde aquela pessoa mora. É essa a simbiose. Não conhece ninguém numa outra galeria e vai no meio dos outros? Não, né, tu vai pra onde estejam os teus, mesmo que do teu bairro. Mesmo que tu não seja membro de facção e até se tu não foi preso pelo tráfico, vai ter que ir pra galeria da tua zona, que pode ser

controlada pelos caras. Aí vai acabar dependendo também. E a tua família, teus pais, filhos, a esposa.... Eles tão aonde? Naquele mesmo bairro. (OJ02)

Em complemento, de acordo com outro dos interlocutores:

É muita extorsão, cobrança de tudo, e os que não têm dinheiro e acabam se comprometendo, vão pagar de alguma forma. Daí não tem dinheiro, tem dívida.... Agora dificultou muito com o uso do scanner²⁹, mas muito familiar tinha que entrar com droga por causa disso... Então de alguma forma eles vão cobrar. De alguma forma o preso vai ter que pagar. Por isso eu digo que o preso acaba se comprometendo com as facções quando entra. (OJ01).

Ainda, há apenas os que fazem parte de grupos menos expressivos no comércio de ilícitos da cidade, e que, no PCPA, alinham-se a “facções” maiores por meio dos embolamentos – pois, ainda que não se vinculem a grupo nenhum, “no presídio vão ter que entrar em algum lugar” (OJ05). As extorsões dentro do Central ocorreriam, consoante informado pelos interlocutores do trabalho, em paralelo com violências externas a ele – que estariam relacionadas com o afastamento, ainda que não a eliminação, de propósitos “ideológicos” ou comunitários na atuação das lideranças das “facções”, bem como com sua progressiva aproximação, especialmente a partir do início do século XXI, com questões referentes ao acúmulo de poderes e de capitais.

Essa transformação no cenário dos grupos criminais remonta a morte de Melara no ano de 2005, bem como a reorganização dos Manos que, naquele momento, começaram a dialogar com policiais (o que passou a ser tendência majoritária no PCPA). Entretanto, ela também se vincula ao funcionamento dos grupos criminais nos bairros porto-alegrenses, e aos processos de territorialização que, nesses, são promovidos. Segundo colocou um dos entrevistados: “os territórios fora [do PCPA] correspondem aos territórios nas

²⁹ No ano de 2015, o PCPA adotou scanners corporais como forma de substituir as reiteradamente criticadas revistas íntimas em seus procedimentos de segurança internos. Essa transformação dificultou o acesso de ilícitos e de celulares no estabelecimento a ponto de um dos apenas entrevistados afirmar que o afastamento da máquina era uma das pautas de defesa interna à sua galeria, referindo-se ao “acordo mútuo” de boa convivência entre presos e os policiais. Essa negociação também apareceu em entrevista com um policial da unidade, que apontou o pedido feito por um juiz do Estado, após conversas com inúmeros apenas, para que a administração “relaxasse” o controle de maconha no PCPA, a fim de não tornar as consequências da utilização do scanner tão extremadas para o cotidiano dos apenas. Em contrapartida, o confisco de drogas e de celulares arremessados pelos muros do presídio – que, muitas vezes, neles esbarram e não chegam ao seu objetivo, os pátios – tem sido altíssimo desde então. Sobre esse cenário, colaciono trecho de um dos diários de campo: “Quanto às apreensões de material ilícito, o Capitão afirmou que são altas: ‘todos os dias pegamos material que jogam da rua no pátio. Mas aí tem que passar por um monte de coisa pra chegar no pátio, né? Normalmente não conseguem alcançar. Foram mais de 360 celulares juntando os arremessos, revistas e scanner corporal no último mês’. Em termos de drogas apreendidas, só pelos ‘arremessos’: em 2013 – 1.168,70 kg de maconha, 22 kg de cocaína; 30,3 kg de crack; 2014 – 904,8 kg de maconha, 55,4 kg de cocaína, 6,14 kg de crack; 2015 (o ano de adoção do scanner) – 4.342 kg de maconha, 51 kg de cocaína, 267 kg de crack. Seriam, em média, 1.600 visitas por fim de semana. Os presos da PASC já teriam manifestado insatisfação, pela falta de droga dentro do presídio depois da adoção do scanner (tanto pela queda no comércio, quanto pela abstinência)” (DIÁRIO DE CAMPO, 03/07/2015).

prisões. Quem comanda na prisão, manda lá fora, e todo mundo que foi preso lá fora vai ir pra galeria que controla os negócios no bairro onde a pessoa mora, senão... Ela morre” (OJ02).

Diante dos moradores de bairros territorializados, a “facção” pode tanto oferecer vantagens, empregos e benefícios, quanto perpetuar opressões, demonstrando solidariedade (genuína ou por razões ‘políticas’) e, ao mesmo tempo, cometendo atos de crueldade (SOUZA, 2008). Para Shimizu (2011), após as “facções” serem formadas, em geral com motivos atrelados às condições deploráveis do sistema carcerário, nelas se reproduzem várias estruturas de controle, como pela imposição de disciplinas que acarretam consequências possivelmente brutais em casos de descumprimento. Segundo o autor, os grupos prisionais, “de forma bastante ambivalente, reafirmam sua independência e, simultaneamente, tecem novas redes de poder que, ao invés de funcionarem como ferramenta emancipatória, intensificam a falta de liberdade de que é vítima o membro da massa” (SHIMIZU, 2011, p.200).

Os interlocutores do trabalho, por sua vez, colocam que a violência com membros de comunidades sob domínio do tráfico estaria vinculada com as transformações vividas pelos grupos criminais porto-alegrenses nos últimos anos, porque “antigamente a criminalidade e o domínio eram exercidos muito mais pela simpatia e pelas benesses que os criminosos geravam do que pela força” (OJ01), incluindo-se, aí, a oferta de remédios, a promoção de festas infantis e de demais favores. Porém, a busca pelo controle e pela ampliação de territórios teria trazido consigo consequências específicas:

Com o crescimento das disputas, em muitas áreas deixou de o traficante da área, e as vezes até o jovem que cresceu ali deixou de dominar ou fazer parte do domínio de sua área, porque vieram ali traficantes de fora e tomaram conta daquela área. Então acabou um pouco daquela relação anterior da comunidade, até por não conhecer, e aí pra obter essa “fidelidade da comunidade” começaram a obter isso através da força e da ameaça, né. (OJ01)

Inúmeras violências promovidas por membros das “facções” foram relatadas nas entrevistas. Segundo uma das interlocutoras, famílias estavam sendo movidas do bairro Cruzeiro, porque suas casas se encontravam em pontos estratégicos de venda de drogas ou de rota de fugas, ocorrência parecida às trazidas em matéria³⁰ do jornal Diário Gaúcho, abordando a expulsão de moradores de periferias da capital por membros de grupos criminais. De acordo com um dos entrevistados, “ali no Teréu³¹ mataram um

³⁰ Em: <<http://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dg-especial-policia/familias-desalojadas.html>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

³¹ Cristiano Souza da Fonseca, assassinado em maio de 2015 por oito homens no refeitório da PASC, esfaqueado e asfixiado até a morte. Teréu controlava o “Beco dos Cafunchos”, no bairro Agronomia, tradicionalmente vinculado aos Abertos. Xandi e Teréu já foram aliados no “mundo do crime”: os Manos (liderados por Xandi) forneceriam os ilícitos vendidos no Beco dos Cafunchos, e inclusive já teriam auxiliado o líder (com armamento e pessoal) quando, em 2010, os Bala na Cara tentaram tomar o ponto. Entretanto, Xandi e Teréu teriam entrado em conflito por disputas de autoridade: um membro do grupo de Xandi teria cometido um comportamento vetado diante de

líder comunitário³². E há controle de outros negócios que fazem parte daquela zona, como impedir a civilização de entrar ali. Vai lá o município fazer um trabalho, os caras botam a correr. Vai lá o projeto tal de uma empresa, botam a correr. É uma disputa de território” (OJ05).

O mais relevante efeito que parece ser promovido pelas territorialidades do tráfico de drogas em periferias é o acréscimo de violências em áreas do município. Como visto, coexiste em Porto Alegre uma multiplicidade de grupos criminais (que se organizam no entorno dos mercados de ilícitos, de suas normas de sociabilidade, das orientações gerais de lideranças mais ou menos temporárias), que têm nos presídios um de seus focos de expressão e, nos bairros, outro. Os poderes que decorrem de galerias são plurais, e abarcam tanto as vantagens econômicas (vinculação de apenados que não têm apoio ou visita com o grupo, renda adquirida com a venda de drogas e mercantilização do cotidiano coletivo), como também o status decorrente da posição nas redes de ilícitos.

A vinculação com cada um dos grupos é mais ou menos institucionalizada, podendo abarcar a existência de uma constituição (como no caso dos Manos, no qual o documento foi apreendido por uma operação do Ministério Público), a “palavra”, ou a mera presunção de dívida a ser paga, que funciona na base da economia dos bens simbólicos, como dom (BOURDIEU, 1996). Nesse sentido, nenhum dos atores sociais que participam do contexto das galerias parece ignorar a lógica da troca entre apenados, que aflora constantemente na própria reflexão daquele que recebe o favor da “facção”, por exemplo, sobre que dádiva lhe será demandada como suficiente (e se esta se referirá a eventuais serviços desempenhados pelo apenado ou, então, por seus familiares). O Ministério Público local recentemente divulgou conversa³³ interceptada entre dois indivíduos vinculados aos Manos, na qual um deles explica sobre a expectativa de cobrança de mensalidade de pessoas vinculadas à “facção”, presente em seu estatuto:

O estatuto é assim ó. Todo mundo, que quiser..., nós temos 450 caras embolados já, fora os morador que moram junto com a “facção” e que não têm condição [de pagar], entendeu? 450 cara que têm condição, e que tão correndo e que tão na atividade. Cada um de nós dá duzentos reais por mês, pro estatuto. Com isso nós já podemos comprar cinquenta fuzil, entendeu? [...] E aí nós jamais vamo ir contra ti, entendeu? Assim como tu jamais var ir contra mim, jamais vai ir contra outro.... Se tu precisar dos cinquenta fuzil tu pega. Se tu perder, perdeu. Não tem que pagar, entendeu? Porque o bagulho é do embolamento, é nosso.

um membro do grupo de Teréu. A tomada da decisão sobre a punição diante do ato teria sido a responsável pelo início do conflito entre os dois. Depois da morte de Teréu, foguetórios foram lançados do condomínio Princesa Isabel. Houve intensa manifestação de luto no Beco dos Cafunchos.

³² Se trata de Jorge Leandro da Silva, raptado em março de 2015, como noticiado em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/03/desaparecimento-de-lider-comunitario-fecha-1-ano-sem-respostas-no-rs.html>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

³³ Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/03/mp-revela-detalhes-do-estatuto-da-facciao-os-manos-4725124.html>>. Acesso em: 20 maio 2016.

Assim, a ideia se aproxima da que perpassou o pacto da Falange na década de 80: um caixa comum para ser usado em benefício do grupo, e o apoio mútuo entre seus integrantes ou aliados. Entretanto, tal não é a única regra de funcionamento das “facções” de Porto Alegre, que são plurais, bem como se organizam de formas variadas – por particularidades que, apesar de inscritas em relações mais duráveis, sofrem incidência de transformações ocorridas no “mundo do crime” do município, das quais decorrem efeitos internos ao presídio e às lideranças assumidas em galerias. As relações entre o “de dentro” e o “de fora” do Central se dão em níveis diferentes de “organização”: enquanto a dinâmica dos grupos criminais no PCPA tem se constituído, cada vez mais, com a redução da violência, a situação nos bairros da capital tem transitado entre maior ou menor “desorganização” desde os anos 1990. O cenário, em 2016, já não é igual ao percebido em 2011, no qual as “facções” não disputavam territórios abertamente.

Segundo relatado pelos interlocutores, a “facção” dos Bala Na Cara despontou como fator desestabilizador do “mundo do crime” nos últimos anos. O grupo passou a se constituir com esse nome em meados de 2006 e, em 2008, adquiriu uma galeria no Central. No final dessa década, seus integrantes ficaram conhecidos por fazer frente ao domínio dos Manos – a mais antiga “facção” de Porto Alegre ainda existente, e que até hoje tem mantido seu domínio na cidade (desde seu aparecimento, nos anos 1990, em decorrência do desmantelamento da Falange e da ascensão de Melara como liderança principal). Sobre os BNC, os entrevistados relataram o seguinte:

Existem especificidades.... Os bala têm uma peculiaridade: é a única facção que foi formada fora, e depois foi pra dentro do presídio. Todas as outras, aqui, nasceram dentro do presídio. Essa, sempre teve como características, assim, um alto grau de violência. De matar com muita facilidade. (OJ01)

Os Balas surgiram na vila Bom Jesus. Ali, tiveram vários homicídios – homicídios, não traficídios³⁴, envolvendo famílias rivais: os Bragés e os Mirandas, várias mortes entre eles. E dessa rivalidade que surgiu ali, também surgiu uma relação de ódio muito grande, de onde veio o tiro de esculacho, né, que é o tiro na cara, pra fazer a família enterrar o cara com o caixão fechado. E daí que teria surgido o nome, dizem. E esse pessoal aí começou a, junto com essas guerras, se envolver com o tráfico. Se tu pegar hoje as principais figuras expoentes dos Balas – o Schultz, o Sapo, todos eles são dali da vila Bom Jesus e têm um vínculo muito próximo. Então essas pessoas se juntam, começam a vender, daqui um pouco começam a ser presas.... Vão ficar na mesma galeria... De repente você tem uma “facção”. E os Bala, durante um tempo, eram o braço armado das outras, faziam serviços de execução pra elas. Hoje já tão em um nível superior, porque é mais rentável disputar a venda. Eles foram os únicos que surgiram fora do Central, e hoje ainda usam dessas execuções pra tomar pontos na marra. Quer ser dos Bala? Então toma essa arma e vende a nossa droga. Não quer passar pro lado deles? Então vão “passar” [matar] o cara. (OJ02)

³⁴ O entrevistado se refere a homicídios vinculados às disputas internas aos mercados de ilícitos e às redes do tráfico na cidade.

Com o progressivo aumento de pontos para a venda de ilícitos de varejo pulverizados em Porto Alegre, e com a intensificação da lógica de expansão territorial assumida pelas mais importantes “facções” da cidade, os Bala na Cara passaram a tomar pontos de tráfico nos quais os ilícitos vendidos tinham fornecimento de melhor qualidade do que os seus, não necessariamente expulsando seus comerciantes naquele momento, mas coagindo-os a se vincularem ao grupo, a venderem suas mercadorias e a repassarem quantias financeiras em troca da ausência de “incômodo” perpetrado por membros dos BNC (o que, na prática, significa uma ameaça de invasão, perseguição ou execução). Essas territorialidades são, assim, espécies de “embolamentos forçados” – nos quais o englobamento feito por uma “facção” ou por um grupo mais expressivo diante de outros menores, vinculando-se estes últimos aos primeiros, não se dá por interesses comuns a ambos, assentando-se, em lugar disso, sobre relações hierárquicas de poder e de dominação – nas quais a violência, como ato ou potencial, é característica típica.

Como reação à desestabilização do “mundo do crime” percebida recentemente em Porto Alegre, por fatores como a expansão violenta dos Bala na Cara e sua consolidação como potência do mercado de ilícitos do município, surgiram, no ano de 2016, os já mencionados Anti-Bala. Trata-se, por sua vez, de um conjunto de territorialidades em comum acordo entre variados grupos criminais, de maior ou menor expressividade, que concentra sua organização na Vila Jardim (bairro lindeiro à “Bonja”, território por excelência dos BNC), mas que possui aliados em inúmeros pontos da cidade. Dessa feita, é também um embolamento, mas “voluntário” – no qual, nesse caso, os grupos se encontram unidos por rechaçarem os BNC, que aparecem como fator intimidador tanto para “facções” maiores (por ameaçarem sua posição nos negócios de ilícitos do município), quanto para grupos menores e menos expressivos (pelo uso da tática do “embolamento forçado”).

4 CONCLUSÃO

Conforme exposto ao longo do trabalho, as “facções criminais” surgiram, em Porto Alegre, em contextos semelhantes aos de outros estados do país, especialmente quanto à relação dos apenados diante da precariedade do sistema carcerário, bem como das recorrentes violências institucionais perpetradas por agentes penitenciários no interior dos presídios brasileiros. Dessa forma, a Falange Gaúcha, mas também o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital foram constituídos, inicialmente, com vistas a melhorar as condições de vida de indivíduos presos e, paralelamente, de facilitar as articulações no entorno do “mundo do crime” de cada contexto local.

No caso das “facções” porto-alegrenses, também se viu que sua constituição nas últimas décadas se vincula às transformações percebidas no interior do PCPA, sobretudo quanto à passagem de gestão do estabelecimento da SUSEPE para a Brigada Militar – que, em que pese ter assumido tal função com fins emergenciais, com pretensão de duração máxima de até seis meses, permanece há mais de vinte anos dentro do Central. Dessa feita, assim como apontam Biondi (2009) e Shimizu (2011), as “facções” não podem ser

tomadas como “paralelas” ao Estado, posto que se manifestam através da imbricação com os poderes estatais.

No cenário do Central, percebeu-se que a espacialização efetuada entre os diferentes grupos criminais – que possibilitou a redução das instabilidades no cárcere, mas também propiciou maior organização dos grupos criminais – também vem sendo acompanhada de maior tolerância dos apenados diante de outros apenados que, na rua, são seus contras. Essas questões podem ser relacionadas, por um lado, à negociação com a BM sobre a gestão interna de apenados das galerias e, por outro, à percepção de demais desvantagens que poderiam lhes acometer em seguimento a um confronto aberto entre apenados. O cenário de “organização” no Casarão acarreta a manutenção de prerrogativas dos presos, como o acesso a serviços básicos e o direito à visita e, por outro lado, mantém a situação do presídio sob controle, em que pese a superlotação, aos problemas estruturais do prédio e à omissão estatal no oferecimento de condições dignas para a vivência dos apenados.

Assim, muito do que está em jogo no acordo de boa convivência entre policiais e apenados (e que remonta o surgimento dos Brasas, no ano de 1998), não diz respeito ao oferecimento aberto de vantagens para os presos, tampouco pela necessária aceitação, por parte da BM, diante de qualquer comportamento proibido. As revistas policiais em galerias seguem ocorrendo, os telefones e as drogas permanecem vetados no PCPA (apesar de, nele, ainda serem comercializados), e certos comportamentos (como provocações diante de outros presos e apreensão de material proibido) continuam acarretando a atribuição de sanções. Entretanto, as vantagens são mútuas, e a mercantilização da vivência interna ao Casarão também acarreta benefícios aos membros de “facções criminais”.

A disciplina – expressa na vigilância ou no controle individual, manifesto seja com punições excessivas e autoritárias, seja com ameaças e violência física, como as ocorridas no Central na primeira metade dos anos 1990 – demonstrou propiciar resultados muito piores, quanto à eficácia administrativa, do que a gestão coletiva de galerias. Do fechamento da primeira década do novo século em diante, os termos da negociação entre os sujeitos envolvidos nas relações que abarcavam o Casarão se tornaram mais marcadas: ao invés de usar o instrumento do castigo individual (e de sua exaltação), a BM percebeu que seria profícuo passar do indivíduo ao grupo: de “lidar” com apenados, passou a “lidar” com galerias, inclusive orientando sua conformação a partir de pessoas com diferentes perfis.

Como pode-se perceber, a espacialização do PCPA pelas “facções” igualmente produz efeitos nos bairros da cidade, assim como os territórios de grupos criminais em Porto Alegre, em retorno, exercem ingerência sobre o presídio. Atualmente, os grupos que têm o domínio de galerias se espalham pelo espaço urbano a partir de estratégias próprias, que podem ir, por exemplo, desde a negociação com outros grupos, constituindo-se embolamentos voluntários (que significam, dentre outras coisas, que pontos de tráfico menores se alinharam, conjuntamente, ao mesmo agrupamento mais expressivo como fornecedor de ilícitos, ou que “facções” passaram a apoiar grupos menores com oferecimento de armamento e de pessoal à defesa de uma área de comércio de drogas, etc.), até a violência explícita como método central.

Identificou-se, ademais, que a solidificação dos Bala na Cara no município, seu alto poder de fogo e a característica violência na tomada de pontos de venda de ilícitos foram fatores que contribuíram à desestabilização de um cenário onde, anteriormente, a guerra aberta entre grupos criminais era menos expressiva, já que o lucro era melhor distribuído entre as principais “facções”, que mantinham territórios coexistentes e mais ou menos estáveis, situados em substratos espaciais fixos e tradicionais (um condomínio habitacional, uma região da cidade, um bairro específico, etc.). Diante disso, deu-se a emergência dos “Bala nos Bala” ou Anti-Bala, embolamento ocupado com fazer frente à pulverização violenta do domínio dos BNC.

Por fim, e em sentido mais amplo, destaca-se que o sistema penitenciário do Estado vem se agravando pelo esfacelamento estrutural do presídio – que se mantém, também, em decorrência de interesses próprios às lideranças de galerias territorializadas por grupos criminais, que são as mais precárias e sob as quais não há quase investimentos (que têm sido aplicados na efetiva melhoria de outras galerias e das condições de vida de seus moradores). Em dezembro de 2015, a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS) lançou nota pública³⁵ apontando que a falta de um plano de ação com previsão de etapas de curto, médio e longo prazos para o cumprimento da LEP, e o desacato do Poder Executivo de ordens da VEC, quanto à progressão de regime dos apenados, gerariam ainda maior insegurança e disfuncionalidade do sistema de justiça, diante de um cenário de segurança pública que chamam de “caótico”. Todavia, o “caos” que perpassa por vários dos locais do PCPA, e sua não reivindicação por meio de, por exemplo, rebeliões, motins, violência física e instabilidades, faz parte de uma negociação coletiva que acarreta benefícios a membros de “facções” e a policiais, e que produz efeitos tanto dentro do Central quanto fora dele.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.21, n.61, p.7-29, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300002&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: 21 out. 2016.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIFALI, Ana Cláudia. Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas*, Porto Alegre, v.15, n.1, p.105-127, 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/19940/12835>>. Último acesso em: 21 out. 2016.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CIPRIANI, Marcelli. Um estudo comparativo entre facções: o cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. *Sistema Penal & Violência*, v.7, p.161-174, 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenalviolencia/article/view/22162>>. Último acesso em: 29 out. 2016.

³⁵Em: <<http://www.ajuris.org.br/2015/12/09/nota-publica-ausencia-de-politica-publica-para-o-sistema-penitenciario-gera-inseguranca/>>. Acesso em: 28 maio 2016.

BIONDI, Karina. *Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2369>. Último acesso em: 22 out. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Marginália: algumas notas adicionais sobre o dom. Mana*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.7-20, out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493131996000200001&lng=en&nrm=iso>. Último acesso em: 30 out. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *CPI sistema carcerário*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009.

CIPRIANI, Marcelli. *Do global ao local: a emergência das “facções criminais” no Brasil e sua manifestação em Porto Alegre*. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Relatório Azul*. Porto Alegre, 1995.

DIAS, Camila Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-13062012-164151/pt-br.php>>. Último acesso em: 23 out. 2016.

DORNELLES, Renato. *Falange gaúcha*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2008.

EVANGELISTA, Joéverson Domingues. *A cruz, o morro e a vida: um estudo de caso no Morro da Cruz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia Social da Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/81400/000904417.pdf?sequence=1>>. Último acesso em: 14 nov. 2016.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Unicamp. 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000439781>>. Último acesso em: 28 out. 2016.

JOZINO, Josmar. *Cobras e lagartos: a vida íntima e perversa nas prisões brasileiras. Quem manda e quem obedece no partido do crime*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

LIMA, William da Silva. *Quatrocentos contra um*. Uma história do Comando Vermelho. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHIMIZU, Bruno. *Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.